

Salvador Forquilha:

Chama da unidade pode ser um acto folclórico

Por Argunaldo Nhampossa

O académico e pesquisador do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), Salvador Forquilha, considera que a chama da unidade nacional, que desde o passado dia 7 de Abril percorre as províncias do país, não aumenta nem a unidade nacional, nem a coesão social, porque não tem um conteúdo ligado ao dia-a-dia das pessoas.

Deste modo, é seu entender que a chama da unidade corre o risco de se transformar num instrumento folclórico, sublinhando que o que deve desencadear um sentimento de coesão social e de unidade nacional é a criação de condições para que haja igualdade de oportunidades entre os cidadãos e a garantia do usufruto das liberdades fundamentais sem constrangimentos.

Barómetro de Coesão Social

O IESE produziu a segunda ronda dos resultados do Barómetro de Coesão Social (BCS), que reporta os anos de 2022 e 2024, avaliando as percepções dos cidadãos acerca da governação, prestação de serviços por parte das instituições públicas, entre outros.

O trabalho foi realizado em alguns distritos das províncias de Niassa, Cabo Delgado e Nampula, mas de acordo com Salvador Forquilha, um dos pesquisadores do IESE, que está por detrás do inquérito, acaba espelhando o resto daquilo que se vive noutros pontos do país. Em seis principais dimensões, o



Salvador Forquilha, académico e pesquisador do Instituto de Estudos Sociais e Económicos

BCS avalia aspectos como inclusão, segurança e protecção, confiança nos outros, confiança nas instituições, representação e engajamento cívico.

Para o BCS há um sentimento crescente de que o governo discrimina os cidadãos com base na filiação partidária. Aponta igualmente que há um sentimento crescente de que os cidadãos não têm as mesmas oportunidades de aceder aos fundos governamentais.

Uma das questões colocadas tem que ver com existência ou não de mesmas oportunidades quanto ao acesso de fundos disponibilizados pelo governo, onde cerca de 61% e 63% (2022 e 2024 respectivamente) dos inquiridos responderam que nunca houve igualdade de oportunidades.

Segundo o BCS, predomina um sentimento negativo sobre a existência de igualdade de oportunidades no acesso a fundos do governo, pois cerca de dois terços dos inquiridos afirmam que as pessoas nunca têm as mesmas oportunidades no acesso aos fundos do governo.

Fala de um baixo nível de confiança nas instituições, bem como o nível de serviços prestados e a consequente quebra do contrato social. O barómetro apresenta duas dimensões de coesão social e aponta que a dimensão vertical da coesão social, aquela que se verifica entre as interações entre o Estado e os cidadãos, está em profunda crise, o que afecta a dimensão horizontal, que analisa as relações entre cidadãos numa sociedade, aumentando o conflito entre os diferentes grupos ao nível local, naquilo que designa de intensa polarização política.

Assinala que bem antes da crise pós-eleitoral, havia sinais de insatisfação com a governação; baixa confiança nas instituições, sentimento de discriminação e ausência de igualdade de oportunidades no acesso a recursos, nomeadamente fundos do governo.

O BCS considera que se as regras de jogo político nacional não se alterarem substancialmente, a instabilidade sociopolítica continuará ao nível local nos próximos tempos. “Isto irá prejudicar todos os programas/projectos de coesão social e iniciativas de construção da paz”, assinala o documento.

Unidade nacional não se decreta

O pesquisador do IESE, Salvador Forquilha, explica que a deterioração dos vários indicadores se explica em grande medida pelo facto de as pessoas não se reconhecerem nas instituições existentes.

“As instituições não respondem às expectativas e anseios dos cidadãos, por um lado, e por outro, as instituições estabelecidas no âmbito das eleições democráticas têm legitimidade beliscada pelo facto de os processos eleitorais não serem tidos como transparentes e justos”, explicou.

Forquilha considera a coesão social como um elemento ligado às ques-

tões de pertença a um determinado grupo, a uma sociedade ou a um país. Destacou que a questão da coesão social abre espaço para falar da unidade nacional, no sentido de pertença a um povo, sublinhando que quer a unidade nacional como a coesão social não podem ser decretados.

“Não é porque um determinado governo decreta que devemos ser coesos ou unidos que os cidadãos serão necessariamente unidos ou coesos. A coesão social e a unidade nacional vivenciam-se a cada dia”, disse.

Acrescentou que é através do crescente sentimento de igualdade de oportunidades que se desenvolve a percepção de coesão social e de unidade nacional.

“Poderíamos dizer que o trabalho mostra que há uma crise na coesão social, há uma crise de unidade nacional por causa de falta de confiança nas instituições, sobretudo porque os cidadãos têm o sentimento de desigualdade de oportunidades em termos de acesso a recursos, serviços e emprego”, frisou. Apesar de existir o sentimento de pertença à nação moçambicana, de acordo com o académico, o mesmo acaba ficando diminuído devido às situações de desigualdades e injustiças sociais que as pessoas enfrentam no seu quotidiano.

“Quando esse sentimento de ser moçambicano fica diminuído, começa a ganhar força o sentimento de pertença regional, étnico e da sua aldeia”, refere.

É diante deste cenário que considera que a chama da unidade nacional, instituída como um meio de consolidação da unidade nacional, não vai aumentá-la porque não tem conteúdo ligado ao dia-a-dia das pessoas.

Forquilha disse haver um grande risco de a chama da unidade se tornar um instrumento folclórico. A chama da unidade, lançada no passado dia 7 de Abril, em Nangade, na província de Cabo Delgado, percorreu aquela província, depois seguiu a de Niassa e até esta quinta-feira ainda estava na província de Nampula, esperando-se que desagüe no estádio da Machava no dia 25 de Junho próximo, data que o país celebra o jubileu dos 50 anos de independência.

O pesquisador do IESE avançou que é preciso que haja acções concretas tendentes a eliminar o sentimento de exclusão, ou melhor, garantir a igualdade de oportunidades e acesso a diferentes serviços e recursos para desencadear o sentimento de coesão social e de unidade nacional.

Frisou a necessidade de o cidadão viver num Moçambique sem per-

seguição política, sem constrangimentos das suas liberdades fundamentais, igualdade perante a lei e, acima de tudo, instituições que satisfaçam os anseios de todos, pois com isso pode-se desencadear o sentimento de pertença ao destino colectivo chamado Moçambique. “A chama em si não vai fazer milagres. Ela transmite a falsa ideia de que estamos unidos, quando no dia-a-dia as pessoas não vivenciam isso”, disse.

Os cidadãos, de acordo com o pesquisador do IESE, vivenciam muitas vezes a diminuição da confiança nas instituições e a discriminação em função da filiação partidária. Avançou que todas aquelas questões vão impactar negativamente no sentimento da unidade nacional e coesão social e, por conseguinte, não será a chama da unidade a galvanizá-las.

PR faz pouco pela reconciliação

Para Forquilha, depois da crise pós-eleitoral, que agudizou ainda mais as diferenças, era necessário que presidente da República trabalhasse mais para que os moçambicanos se possam reencontrar através da reconciliação. Critica os discursos que o presidente da República, Daniel Chapo, profere nas suas visitas às províncias, alegando que não contribuem para a verdadeira reconciliação.

“Não há processo de reconciliação ou paz nenhuma que possa ter sucesso se não for acompanhado de acções concretas que mostram que há preocupação pela verdade e justiça social. Os discursos de paz e reconciliação são discursos vazios”, observou.

Fez notar que acções contrárias à reconciliação são perseguições políticas que ainda não cessaram. Falou também do recorrente discurso de insistência na vitória eleitoral quando, no seu entender, o processo eleitoral não foi transparente, sobretudo quando desacreditado por observadores nacionais e estrangeiros.

Frisou que aquele discurso não ajuda para o alcance da unidade e da paz, sugerindo que o PR deve pausar pela verdade, o que pressupõe reconhecer e dizer que o processo eleitoral findo não foi o mais tranquilo possível.

Disse que é preciso que o PR reconheça publicamente o excessivo uso da força, durante as manifestações, que o Estado foi o principal responsável pelas mortes e assumir publicamente as responsabilidades. Para Forquilha, assumir isso não seria sinal de fraqueza, pelo contrário, estaríamos a ajudar no processo de reconciliação.



A chama da unidade foi lançada no passado dia 7 de Abril, em Nangade, província de Cabo Delgado, pelo Presidente da República, Daniel Chapo